



# Olhar político

Junho de 2021

Brasília/DF – Ano IV - Olhar Político

12 de junho de 2021

Edição

#050

# Olhar político

Edição

#050

A edição #50 do Olhar Político apresenta um panorama da PEC 32/2020, que trata da Reforma Administrativa, no contexto de aprovação da admissibilidade pela CCJC, bem como as próximas etapas de tramitação da proposta, com detalhes acerca da Comissão Especial que debaterá o mérito do texto apresentado pelo Executivo. Além disso, traçamos um resumo dos próximos passos da Reforma Tributária. Abordamos, ainda, os impactos de uma eventual Terceira onda da Covid-19, em paralelo à repercussão da CPI da Pandemia no Senado Federal. Resumimos a chamada "Lei Bruno Covas" e analisamos uma eventual prorrogação do Auxílio Emergencial. Por fim, atualizamos a tramitação das principais propostas em andamento no ano de 2021.

## Índice:

03

Panorama da Reforma Administrativa

05

Panorama da Reforma Tributária

06

Terceira onda da Covid-19

07

Repercussões da CPI da Pandemia

09

Prorrogação do auxílio emergencial

10

Agenda prioritária do Governo em tramitação na Câmara

11

Agenda prioritária do Governo em tramitação no Senado



# Panorama da Reforma Administrativa

A proposta de Reforma Administrativa teve sua admissibilidade aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), por 39 votos a 26, nos termos do parecer do deputado Darci de Matos (PSD/SC), que realizou três supressões, a saber:

- ✓ **Supressão dos novos princípios à administração pública: da imparcialidade, da transparência, da inovação, da responsabilidade, da unidade, da coordenação, da boa da governança pública e da subsidiariedade;**
- ✓ **Exclusão da possibilidade de extinção, transformação e fusão de entidades da administração pública autárquica e fundacional por Decreto do Poder Executivo;**
- ✓ **Eliminação do caráter de dedicação exclusiva para os cargos típicos de Estado.**

O tempo que a proposta levou para ser deliberada na CCJC, 105 dias no total, e o placar de votação no colegiado, revelam parte das intempéries a serem enfrentadas pela equipe econômica na Comissão Especial.

No início de 2021, o governo e sua base aliada

sofreram com desentendimentos relacionados ao orçamento e se viram às voltas com o recrudescimento da pandemia. Estes fatores aliados à obstrução dos partidos de oposição e, principalmente, à hesitação da bancada da segurança pública e do próprio Presidente da República em apoiar o tema, reduziram o ímpeto do presidente Arthur Lira (PP/AL) e do Ministério da Economia em acelerar a tramitação da PEC.

Além disso, outros aspectos conjunturais poderão ser determinantes para seu desfecho: a manutenção da baixa popularidade do governo, o agravamento da pandemia, eventuais custos políticos a serem empregados para gerir impactos da CPI da Pandemia no Senado Federal, a mini-reforma eleitoral que poderá ser priorizada no segundo semestre, e a antecipação da campanha eleitoral.

No tocante ao mérito, com o objetivo de atenuar as resistências, Lira afirmou que a Comissão Especial não afetará qualquer direito adquirido dos atuais servidores e o ex-líder do governo na Câmara e membro da bancada da segurança, Major Vitor Hugo (PSL/GO), afirmou na CCJC que defenderá a regulamentação dos cargos típicos de Estado na própria constituição.

## Quadro de indicação de voto na CCJC



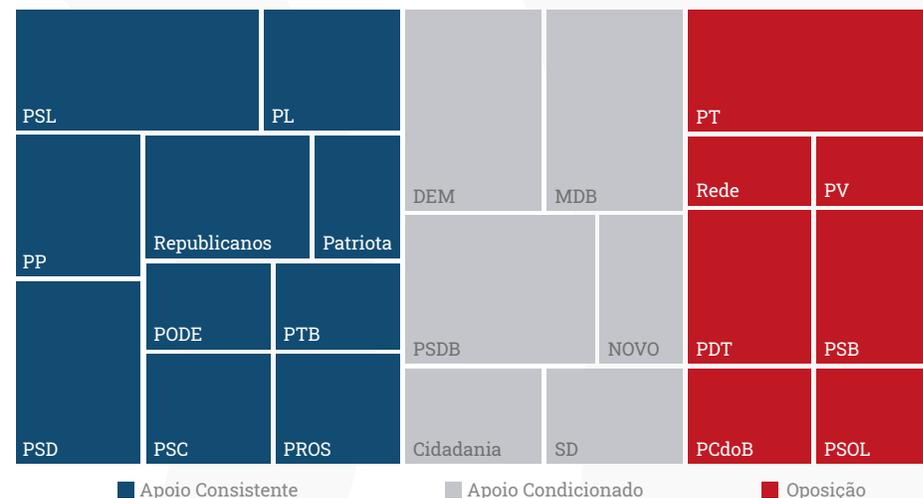


# Comissão Especial da Reforma Administrativa

- 1 Em 02/06, foi lido ato de criação da comissão com composição inicial de 34 membros titulares e igual número de suplentes. No dia 10/06, a composição foi ampliada para 47 membros titulares e igual número de suplentes.
- 2 Em 09/06, foi instalada a comissão, com a eleição do deputado Fernando Monteiro (PP/PE) para presidência da comissão e a designação do deputado Arthur Oliveira Maia (DEM/BA) como relator da proposta.
- 3 Etapa atual: prazo de 10 sessões de plenário para apresentação de emendas (aberto o prazo no dia 10/06).
- 4 Realização de audiências públicas: no transcurso das 10 primeiras sessões e definido no cronograma de trabalho do relator Apresentação do relatório à proposta: após o transcurso do prazo de emendamento Ao parecer cabe pedido de vista por 2 sessões Discussão e Votação
- 5 Apresentação do relatório à proposta: após o transcurso do prazo de emendamento Ao parecer cabe pedido de vista por 2 sessões
- 6 Discussão e Votação

- As emendas deverão ser subscritas por, no mínimo, 171 deputados (o líder não pode assinar representando sua bancada).
- O relator possui ampla autonomia para modificar o texto sem a necessidade de apoio mínimo dos seus pares. Nesse caso, ele poderia acrescentar diversas emendas ou mesmo oferecer um amplo substitutivo ao texto original.
- O quórum de aprovação é maioria simples, desde que votantes a maioria absoluta do colegiado.
- Os seguintes partidos apenas terão assento na comissão se houver rodízio dentro das respectivas bancadas: Cidadania, PV, Avante, PROS, PSOL e REDE.

## Distribuição das 47 cadeiras conforme a relação com o Governo



## Distribuição das 47 cadeiras | por bloco partidário





# Panorama da Reforma Tributária

Os trabalhos da Comissão Mista da Reforma Tributária foram concluídos com a apresentação do relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), que servirá como mera sugestão às PECs de n.ºs 45 e 110, ambas de 2019, que versam sobre o tema. O fato acabou ensejando a dissolução da Comissão Especial que debatia a PEC 45/2019, por ato do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/PB), que avocou a proposta ao Plenário, mesmo sem esta ter sido instruída pelo colegiado extinto.

Ato contínuo, foi pactuado junto ao presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM/MG) uma espécie de “tramitação fatiada” acerca das propostas que dizem respeito ao tema nas duas Casas do Congresso Nacional.

Pelo acordo, a Câmara dos Deputados analisará o PL 3887/2020, de autoria do Poder Executivo, que unifica PIS e COFINS e cria a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), bem como nas mudanças no Imposto de Renda e no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Por sua vez, caberá ao Senado Federal analisar a PEC 110/2019, que unifica o ICMS e o ISS em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), além do Novo Refis. A sinalização dada ao ministro da economia, Paulo Guedes, é de que os senadores irão aproveitar parte do relatório apresentado à CMRT na PEC 110/2019, de autoria do senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), que presidia a Casa na época.

Desta forma, a Reforma será dividida em quatro fases:

- I) Unificação de PIS/COFINS e instituição do CBS, tributação de lucros e dividendos na pessoa física, com redução de IRPJ.
- II) Criação de um imposto seletivo em substituição ao IPI.  
Instituição de um Refis chamado "Passaporte Tributário".
- III) Tributário".
- IV) Criação de um imposto sobre transações, nos mesmos moldes da CPMF.

## Como ficou o fatiamento da reforma tributária



### Ainda indefinido

- IPI Seletivo
- Imposto de compensação sobre transações



### Câmara dos Deputados

- PL 3887/2020 Unificação PIS/COFINS e instituição do CBS.
- Imposto de Renda de pessoa física e jurídica. Aumento da faixa de isenção, diminuição da taxa sobre pessoa jurídica e taxa de dividendos



### Senado Federal

- PEC 110/2019 Aspecto relacionados a ICMS, ISS e outras questões relacionadas aos entes da Federação
- Passaporte tributário, com novo Refis



# Terceira onda da Covid-19

Embora a campanha de imunização da população brasileira avance e aos poucos os grupos que se encontram sob o maior risco de desenvolver formas graves da doença estejam sendo protegidos por meio da aplicação de vacinas, a crise sanitária relativa a COVID-19 ainda não arrefeceu. No presente momento, os últimos boletins epidemiológicos indicam que há uma tendência de crescimento no número de casos e os gestores públicos da área da saúde indicam a possibilidade de ocorrer uma terceira onda da doença no país.

Entre os fatores de risco existentes para uma nova explosão relativa à Covid-19, dois são os centrais: a continuidade da flexibilização das medidas de distanciamento social e a chegada da nova cepa indiana ao país, que pode rapidamente se espalhar e infectar pessoas, assim como ocorreu com a variante amazense do coronavírus.

Diante dos sinais do atual desenrolar da Pandemia, o Ministro das Saúde, Marcelo Queiroga, recentemente afirmou à imprensa que considera possível um novo avanço da crise sanitária. O eventual novo

surto da doença, por sua vez, ocorreria em um cenário desafiador, considerando que atualmente se registra um platô de nível alto em quantidade de óbitos e internações, a ponto de os recursos disponíveis para o combate a pandemia estarem empenhados em nível alarmante. Por exemplo, em 18 estados brasileiros e o Distrito Federal as taxas de ocupação de leitos de UTI encontram-se acima de 80%

Como resposta a possibilidade de concretização de uma terceira onda, em encontros como a reunião da Comissão de Gestores Tripartite, em que membros dos poderes executivos Federal, Estadual e Municipal da área da saúde encontram-se para debater políticas públicas do campo, foi apontado que não há previsão orçamentária suficiente para cobrir os gastos em saúde pública caso a situação continue se agravando e haja um novo pico. Há movimentação para que seja revista a previsão orçamentária, com disponibilização de mais verba para saúde pública. Por sua vez, a CPI do Senado que está investigando a crise sanitária da Covid-19 cogita a antecipação de novo convite de Queiroga à CPI, para que este apresente os riscos futuros da doença no país.

## Fatores de Risco para Terceira Onda



Flexibilização de medidas contra Covid-19



Cepa Indiana, mais contagiosa

A média de óbitos mantém-se atualmente em um platô de 2 mil óbitos/dia. A terceira onda pode ocorrer um cenário de exaustão dos recursos e registrar pico de mortes e casos mais altos que o visto entre março e abril de 2021, em consequência dos elevados números relativos à Covid-19.



# Repercussões da CPI da Pandemia

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, que completou 1 mês no último dia 27, trouxe revelações importantes que podem afetar negativamente a imagem do Governo Bolsonaro e potencializar o desgaste que tem sofrido. Dentre os vários depoentes, a CPI já ouviu os ex-ministros da saúde Mandetta, Nelson Teich e General Pazuello, assim como o atual ministro da pasta, Marcelo Queiroga, e os dirigentes da Pfizer e do Butantan, que prestaram esclarecimentos sobre as ações e omissões do governo brasileiro frente à pandemia de covid-19.

Até o momento, a maior parte dos depoentes teve como estratégia transferir a responsabilidade das decisões tomadas a terceiros, como governadores, prefeitos e gestores públicos; negar acontecimentos; e justificar situações com base em posicionamentos ideológicos. Ainda, como parte da estratégia de transferência de responsabilidade, por reivindicação dos senadores governistas, a comissão aprovou a convocação de nove governadores dos estados do Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Tocantins, Piauí e Distrito Federal, do ex-governador do Rio de Janeiro e da vice-governadora de Santa Catarina.

Um dos fatos de maior repercussão tem sido as

sucessivas recusas de vacinas contra covid-19 pelo governo, que, segundo a CPI, poderiam ter proporcionado ao Brasil o recebimento de 150 milhões de doses de vacina até maio de 2021, valor esse que leva em consideração as 100 milhões de doses da CoronaVac, 18,5 milhões da Pfizer e cerca de 40 milhões da AstraZeneca/Oxford. Segundo Dimas Covas, diretor do Instituto Butantan, o governo cancelou o contrato de 100 milhões de doses da Coronavac, que tinha como previsão a entrega de 45 milhões de doses até dezembro, 15 milhões até fevereiro e 40 milhões em maio, além disso o diretor mencionou que o Brasil poderia ter sido o primeiro país a iniciar a vacinação contra covid-19, se não fossem os contratemplos. Já Carlos Murillo, presidente regional da Pfizer na América Latina, informou que o governo não respondeu a três ofertas da empresa, apresentadas em 2020, para a aquisição de 70 milhões doses de vacina.

Como reflexo da sua atuação na pandemia e dos trabalhos da CPI, a popularidade do governo tem sido afetada. Segundo o último levantamento do Datafolha, o governo do presidente Jair Bolsonaro teve a aprovação de apenas 24% dos brasileiros, a pior marca do seu mandato. O levantamento revela, portanto, o enfraquecimento político do presidente, que depende do apoio do chamado "Centrão" para se manter no cargo.

No entanto, apesar dos resultados negativos da CPI e das crescentes manifestações contra o governo, não há expectativa de abertura de um processo de impeachment, que depende do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), para sua instauração. A relação do presidente com o "Centrão" tem se mantido satisfatória e garante, pelo menos no momento, governabilidade, como pode ser observado com o avançar das pautas econômicas do governo.

## Depoimentos Importantes



Segundo Carlos Murillo, presidente Regional da Pfizer, Brasil ignorou as ofertas para aquisição de 70 milhões de doses de vacinas.



O diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, informou que o governo cancelou contrato de 100 milhões de doses da Coronavac.

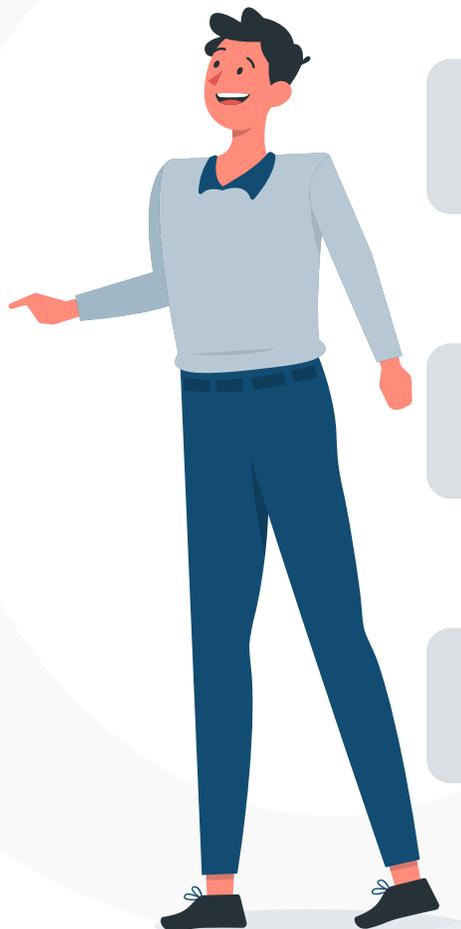


# Lei do Primeiro Emprego

A Lei do Primeiro Emprego, advinda do PL 5228/2019, de autoria do senador Irajá Abreu (PSD/TO), fora recentemente aprovada em votação simbólica no Plenário do Senado Federal e remetida à apreciação da Câmara dos Deputados.

Em homenagem ao ex-prefeito de São Paulo, falecido no dia 16 de maio vítima de câncer, o autor adotou o nome de “Lei Bruno Covas” ao projeto. A proposta representa parte do interesse do Executivo Federal em tornar as relações trabalhistas vinculadas ao primeiro emprego mais flexíveis e menos onerosas às empresas, de modo a simplificar os contratos de trabalho, em retomada parcial às medidas legislativas propostas na já revogada MP 905/2019, que instituía o “Contrato de Trabalho Verde e Amarelo”.

O texto apresentado no Senado foi aprovado com algumas alterações realizadas pelo relator, senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), o qual transformou, por exemplo, a lei para caráter temporário, valendo apenas para contratos firmados em até cinco anos da publicação da nova lei. A simplificação estabelecida pela proposição está destinada a trabalhadores entre 16 e 29 anos que estejam regularmente matriculado em curso superior, educação profissional/tecnológica ou na Educação para Jovens e Adultos.



## Contratação

- Contrato temporário (vigência por 12 meses);
- Ausência de vínculo empregatício anterior (com exceção de contratos de aprendizado e contratos com duração de até 6 meses);
- Máximo de 20% das contratações nesta modalidade;
- Autorização para retenção de 20% do salário do empregado para o pagamento de parcelas de financiamento estudantil;
- Possibilidade de rescisão de contrato em caso de conclusão do curso em que está matriculado.



## Jornada de trabalho

- 6 horas diárias (30 horas semanais);
- Impossibilidade da realização horas extras.



## Benefícios

- Alíquota do depósito do FGTS de 1% para microempendedor individual, micro e pequena empresa, entidades filantrópicas, sem fins lucrativos, associação ou sindicato;
- Alíquota do depósito do FGTS de 2% para pessoa jurídica tributada com base no lucro real;
- Alíquota da contribuição previdenciária patronal de 1% para microempendedor individual, micro e pequena empresa, entidades filantrópicas, sem fins lucrativos, associação ou sindicato;
- Alíquota da contribuição previdenciária patronal de 2% para pessoa jurídica tributada com base no lucro real.



# Prorrogação do auxílio emergencial

Em evento virtual, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o Governo pode prorrogar o auxílio emergencial, caso a pandemia da covid-19 se agrave no país e o programa de imunização não atinja níveis suficientes para a maior parte da população. Pelo prazo atual, o benefício será pago até julho.

Segundo o ministro, a expectativa é que haja avanço da imunização. Se a vacinação em massa progride e o ritmo de vacinação em massa atingir 60%, 70% da população com menos de 60 anos e com 100% da população idosa vacinada, pode ser que não seja necessário ampliar o pagamento do auxílio.

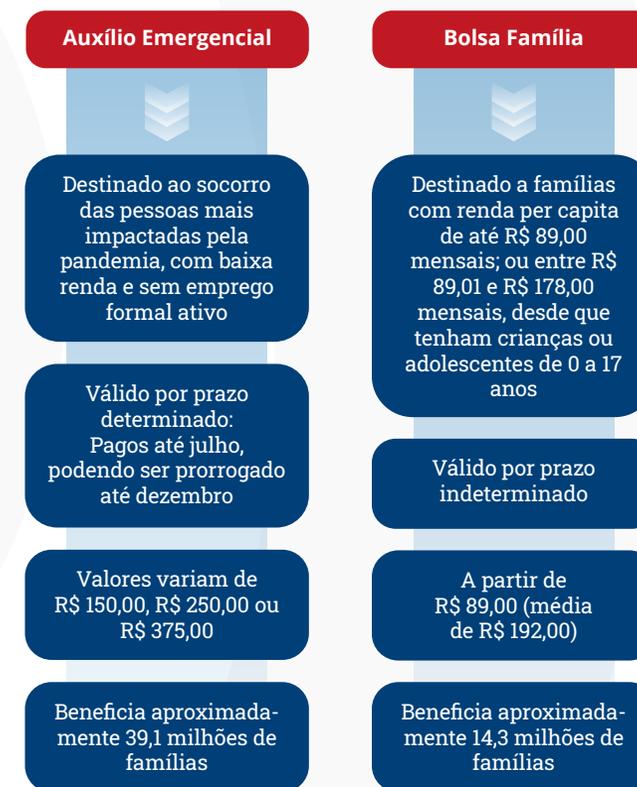
No entanto, em caso de prorrogação restaria a estipulação da duração do benefício já que o Governo ainda não tem perspectiva sobre esse assunto. Parte do Planalto quer um acréscimo de, pelo menos, mais quatro meses no benefício. Por essa conta, o programa passaria a vigor até dezembro.

Por outro lado, a ala mais conservadora do Governo, liderada pela equipe econômica, gostaria

de uma prorrogação menor. Este grupo entende que o melhor é estender o benefício por mais um ou dois meses, desta forma os impactos nas contas públicas seria menos significativos.

Em entrevista recente, o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM/MG), defendeu que após a conclusão do auxílio emergencial o Governo deverá debater a estruturação de um novo programa social, em substituição ao Bolsa Família, que contemplaria um maior número de famílias e teria um valor maior que a média atual, que é de aproximadamente R\$ 192,00 .

Segundo o Ministério da Cidadania, 39,1 milhões de famílias recebem atualmente o auxílio, que varia de R\$ 150,00, R\$ 250,00 ou R\$ 375,00, dependendo da formação familiar. A atual previsão orçamentária para o programa é de R\$ 44 bilhões, que foi liberado pela PEC Emergencial e está fora do teto de gastos. Uma eventual prorrogação do auxílio exigirá a ampliação desse orçamento.



Fonte: Ministério da Cidadania



# Agenda prioritária do Governo em tramitação na Câmara



Proposição	Tema	Status	Termômetro de aprovação
PEC 45/2019	Reforma Tributária	Comissão Especial dissolvida pelo Presidente da Câmara dos Deputados	Baixo
PEC 32/2020	Reforma Administrativa	Aguarda constituição e instalação de Comissão Especial	Neutro
PL 4476/2020	Lei do Gás	Aguardando sanção do Presidente da República	Alto
PLP 146/2019	Marco das Startups	Transformada na Lei Complementar 182/2021	
PL 6726/2016	Teto remuneratório	Aguarda criação de Comissão Especial. Existem Req. de urgência pendentes de votação	
PL 2646/2020	Debêntures	Aguarda parecer do Rel. Luiz Carlos Motta (PL/SP), na CTASP	Neutro
PL 3877/2020	Depósitos voluntários	Aguarda Constituição de Comissão Especial	Neutro
PL 2633/2020	Regularização fundiária	Aguarda Constituição de Comissão Especial	Neutro

Proposição	Tema	Status	Termômetro de aprovação
PL 5518/2020	Concessões florestais	Aguarda parecer do Rel. Coronel Chrisóstomo (PSL/RO) na CMADS.	Neutro
PL 191/2020	Mineração em terras indígena	Aguarda Criação de Comissão Especial	Neutro
PL 6093/2019	Documento único de transporte	Aguardando parecer do Rel. Diego Andrade (PSD/MG) na CVT	Neutro
PL 3780/2020	Aumento de pena em caso de abuso de menores	Apensado ao PL 4749/2016, que aguarda deliberação em Plenário	Neutro
PL 1776/2015	Homeschooling	Aguarda parecer do Rel. Leo Moraes (PODE/RO) na CCJC	Neutro
PL 6125/2019	Normas aplicáveis a militares em GLO	Aguardando Despacho da Mesa	Neutro
PL 6438/2019	Registro, posse e porte de arma de fogo	Aguarda designação de Rel. na CREDN	Baixo
PL 5877/2019	Privatização da Eletrobrás	Aguarda Despacho da Mesa	Baixo
PLP 19/2019	Autonomia do Banco Central	Convertido na Lei Complementar n.º 179/2021 PT e PSOL ajuizaram a ADI 6696 impugnando a norma	



# Agenda prioritária do Governo em tramitação no Senado



Proposição	Tema	Status	Termômetro de aprovação
PEC 186/2019	PEC Emergencial	Transformada na EC 109/2021	
PEC 187/2019	PEC dos Fundos Públicos	Aguarda deliberação em Plenário	
PEC 188/2019	Pacto Federativo	Aguarda votação do substitutivo do sen. Márcio Bittar (MDB/AC) em Plenário	
PEC 110/2019	Reforma Tributária	Aguarda reexame pelo Rel. Roberto Rocha (PSDB/MA)	
PLP 137/2020	Uso dos Fundo Públicos para combate da pandemia	Aguarda parecer do Relator Weverton (PDT/MA) em Plenário	
MP 1031/2021	Capitalização da Eletrobrás	Aguardando parecer do Rel. Marcos Rogério (DEM/RO) no Senado Federal	
PL 4199/2020	Cabotagem / BR do Mar	Aguarda o parecer do Relator Nelsinho Trad (PSD/MS) em Plenário	
PL 5387/2019	Marco legal do mercado de câmbio	Aguardando despacho da Mesa	
PLS 261/2018	Marco Legal das Ferrovias	Aguarda votação do parecer do Relator Jean Paul Prates (PT/RN) na CI	
PL 3515/2015	Superendividamento	Aguarda votação pelo Plenário do Senado Federal	

Proposição	Tema	Status	Termômetro de aprovação
PL 3729/2004	Licenciamento ambiental	Aguarda a numeração e o despacho da Mesa	
PLC 8/2013	Cobrança de pedágio	Transformado na Lei 14.157 Objeto do VET 24/2021	
PL 3723/2019	Porte de armas	Aguarda parecer do Relator Marcos do Val (PODE/ES) na CCJ	
PL 3178/2019	Partilha do petróleo e gás natural	Aguarda parecer do Relator Eduardo Braga (MDB/AM) na CCJ	
PLC 119/2015	Estatuto do índio	Aguarda votação do parecer do Relator Marcos Rogério (DEM/RO) em Plenário	
PLS 216/2017	Lei de drogas	Aguarda designação de Relator na CCJ	
PLS 232/2016 PL 1414/2020	Modernização do setor elétrico	Aguarda despacho do Presidente da Câmara dos Deputados	
PL 7843/2017	Eficiência Administrativa e "GovTec"	Transformado na Lei 14.129 Objeto do VET 11/2021	
PL 5191/2020	Fundo de investimento agrícola (FIAGRO)	Transformado na Lei 14.130 Objeto do VET 12/2021	

# Olhar político

**QUEIROZ**

Assessoria em Relações Institucionais e Governamentais

[www.queirozassessoria.com.br](http://www.queirozassessoria.com.br)

**Fale conosco:**

Telefone: +55 61 3225.1804

E-mail: [faleconosco@queirozassessoria.com.br](mailto:faleconosco@queirozassessoria.com.br)

SBS Qd. 1 -Bloco K -Ed. Seguradoras, Salas 405 a 407

Brasília-DF -CEP: 70.093-900

**Edição:**

Ana Matos

Arícia Gonzaga

Bruna Duarte

Daniele Santos

Letícia Mendes

Leonel Cupertino

Luiz Filipe

**Direção Executiva:**

Antônio Augusto de Queiroz

Enrico Ribeiro

Thiago Rego de Queiroz